

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Da Prefeitura Municipal de Guarujá

Secretaria Municipal de Finanças.

Demonstração e Avaliação de metas fiscais do 1º Quadrimestre de 2016.

Audiência realizada no dia 30 de maio de 2016.

EXPOSITOR – Armando Palmiere

- Secretário Municipal de Finanças-

SR. PRESIDENTE -Boa tarde a todos, sob a proteção de Deus são exatamente 14 horas e 30 minutos, vamos tratar da Audiência Pública da Secretaria Municipal de Finanças na data de hoje 30/05/2016.

Novamente sob a proteção de Deus, e declaro instalado esse trabalho da Audiência Pública, convocada para demonstração e avaliação das metas fiscais do quadrimestre de 2016.

Está aqui ao meu lado vereador Soares, vamos apresentar o Secretário de finanças Armando Palmiere, Secretário de adjunto de finanças Marco Shelvech, aprendi rs, a Presidente Interina da Guarujá Previdência Lucialma Feitosa, certo? Shelvech também está certo? Aprendi? Shelvech, vamos lá quem vai fazer a explanação é Senhor mesmo Secretario? então o Senhor tem a palavra Secretário. E Registrando mais uma vez o Vereador Soares presente sempre atuante aqui na Câmara Municipal, é um prazer estar aqui ao seu lado viu Vereador.

ARMANDO PALMIERE - Boa tarde a todos e a todas, é estamos aqui com a secretaria de finanças os seus técnicos aqui para apresentar a todos os resultados relativos a execução e cumprimento das metas do primeiro quadrimestre de 2016, de acordo com artigo 9º para o quarto da Lei complementar 101 a lei de Responsabilidade Fiscal. Agradeço a casa pelo local pela Câmara, pelo local aqui sempre apropriado para Audiência ao Vereador Luciano Toddy, ao Vereador Soares, ao Dr Renato a presença, passamos então a descrever como é e como foi o primeiro quadrimestre de 2016

dentro da Secretaria de Finanças em relação as suas receitas e as suas despesas .

A apresentação segue o mesmo padrão que agente vem apresentando, sempre aprimorando com as informações que os Vereadores nos requisitam e a população também, para que seja mais transparente possível, os dados da finanças do município. Então fala-se do primeiro quadrimestre de janeiro a Abril de 2016, então vamos falar primeiro do comportamento da receita durante desse período esse primeiro quadrimestre , então nos tínhamos uma previsão de um pouco mais de 538 milhões de arrecadação, para esse quadrimestre a receita atingida nesse mesmo período foi de 420 milhões um pouco mais de 420 milhões, ocorrendo uma diferença na arrecadação ou menor de 117 milhões 743 mil 735 reais e 71 centavos, correspondente a 78% daquela previsão que nos tínhamos inicial que é dado pela lei orçamentária, basicamente nós tivemos algumas quedas de arrecadação principalmente nas receitas de capital que vem nos atingindo nos últimos anos vamos dizer ai com pouco mais detalhes. Os Senhores vão entender melhor, então dentro das receitas correntes, atingimos 83,03% do previsto era 514 milhões arrecadamos 426/427 milhões de arrecadação, isso corresponde para receita corrente um percentual de 83,03% do previsto e corresponde a um aumento em relação ao ano passado de 7,15% nas receitas de capital que enfrentamos mais problemas nos últimos anos, nos últimos 2 anos pelo convênios e temos feito com outros entes principalmente União e Estado e que há uma grande defasagem da remessa desse dinheiro prejudicando bastante alguns projetos principalmente obras de investimento para o município, nos tínhamos aí uma previsão de um pouco de 40

milhões para o quadrimestre e arrecadamos somente 11%, ou seja 27,52%, mesmo assim ainda deu uma melhorada em relação ao ano passado 11,33%, então isso tem sido um número constante nas nossas apresentações no fechamento de cada quadrimestre, justamente pela crise realmente geral que a gente enfrenta a nível nacional, de qualquer forma nos fechamos com aquele número de 78,11%, a gente sabe que nossa meta de atingir a capacidade de recolhimento estão dentro das receitas tributárias e tem mais atuação e vamos ver com detalhe e vamos perceber que essas receitas representam números maiores do que as outras receitas e advêm de outro segmento, de outras entidades da união, um detalhamento da conta anterior que as outras receitas, então nos temos ali uma precisão de 62 milhões e arrecadado 36 milhões acerca de 58 isso são receitas de multas de juros de mora indenizações a Dívida Ativa, que esse ano a gente tinha REFIS nesse primeiro quadrimestre e representou um número interessante e outras receitas e maiores as receitas sucumbidas honorários que tem sido solicitado pelo Vereadores, a gente faz a abertura dessas outras receitas correntes. Aí estão as receitas e o quadro da receita o qual o município mais atua e são as receitas tributárias que estão diretamente ligadas e são recolhida do município, temos de imposto previsto 219 milhões nos arrecadados 206 milhões ou seja 94,08% ou seja do 78,01% que nos arrecadamos de modo geral para receitas municipais o nosso quadro para receitas municipais é bem deficiente isso demonstra uma atuação sistemática da Secretaria de Finanças sua fiscalização, quanto aos lançamento de imposto para que a gente contribua com dados importantes, tem o IPTU que correspondeu a 95,31% do previsto, o ITBI que apesar de ser

um tributo municipal ela depende muito das transações imobiliárias que ocorre no município, isso evidentemente depende bastante da situação econômica de modo geral e esse imposto é aquele que você quando adquiriu um imóvel na sua transferência de escritura esse valor é pago em imposto para o município, o ISS que tem sido uma preocupação de uma atividade de serviço do município nós conseguimos atingir 80,36% e mesmo assim menor que o valor 89% de ISS corresponde apenas 1,39% acima do mesmo período do ano passado, isso é uma preocupação para todos, não só para administração porque demonstra a toda parte de movimentação de serviço do município, uma queda significativa e nós já estamos nessa há 2 anos, 2013 para 2014, de 14/15 também um equilíbrio sem nenhum alimento e nós vemos agora no primeiro quadrimestre uma mesma equação no caso do imposto de renda nós arrecadamos até mais do que o ano passado do que o previsto 11,73% a mais e 22,03% a mais que no ano passado taxas de serviços de modo geral 89,72%, ou seja, nós fechamos as receitas tributárias que é aquela que nós temos a ação em 93,37% do previsto ou seja 5,60% a mais do período do ano passado, então esse numero é sempre preocupante emblemático para nós e temos visto que ele tem sido muito superior de modo geral do município e envolvendo as transferências de outros entes.

A nossa receita corrente líquida também tem sofrido esse ano um aumento um pouco mais significativo, ainda estamos longe do ideal, não voltamos ainda crescer da forma que a gente vinha crescendo mais os apontamentos demonstram que a gente tem conseguido arrecadações que no caso desse a receita corrente líquida basicamente é o que mantém o custeio do município.

Esses valores são sempre acumulados de 12 meses então nós vemos aí, maio 14, e abril 15, mesmo período do ano passado uma receita corrente líquida de 1 bilhão e 26 e pra esse ano de maio 15 e abril 16 de 1 bilhão e 86, um aumento de 5,92% interessante aí demonstrado que a gente tem conseguido ainda um pequeno progresso muito além, a gente vem exercendo uma outra atividade então, aí nos temos um quadro basicamente isso, vejam algumas comparações nos estamos com 1 bilhão e 11 abril 14 nos estávamos com 1 bilhão e 27, Abril 16 1bilhao e 86, então apesar de toda queda do ano passado a gente conseguiu ver agora uma pequena, um ligeiro aumento de receita no decorrer desse primeiro quadrimestre, lógico que não vemos um alavancamento, com Refis foi aprovado pelo Senhores Vereadores ao final do ano passado é que tem ação de março de 2015 arrecadando um numero significativo para essas receitas, tivesse esse crescimento, esse é o mapa longo do tempo, percebe os períodos a gente voltou a ter um crescimento mais ou menos a 2014 isso nos alegra mais ainda não é suficiente pra gente reequilibrar o município, pode ver que todo período de meado de 2014 ate o final de 15 houve uma inconstância muito grande sem qualquer crescimento na arrecadação, o crescimento foi praticamente zerado então agora a gente começa a retomar, e esperamos que isso continue no decorrer do ano em exercício do ano 2016. Eu fiz Aqui um mapinha interessante de como funciona a arrecadação mensal de 2015, o cinza de 2016.

A Arrecadação esta mais ou menos alinhada na mesma proporção em torno de 10 milhões por mês a maior do que ano de 2015. A primeiro momento poderia ficar com isso, se não tivesse um índice inflacionário de quase 10%.

VEREADOR LUCIANO LOPES

DA SILVA – Secretário, não te interrompendo, gostaria de fazer a pergunta antes, quando você falou da casa do Refis, ate ja tinha feito a pergunta semana passado para o Secretário e sobre a questão das multas da questão da fiscalização, ate porque nó temos uma lei vigente aqui no município, a questão dos bancos a questão dos impostos, tomamos conhecimento ai ate porque tem um prescrição é que houve por parte da cobrança por parte dos bancos, no levantamento da época eu ate sugeri, ao vereador Mario Lucio e para o Secretário o nosso vice Prefeito Duino e ultrapassavam uma divida que os bancos, tinham com a prefeitura de mais de 39 milhões, a proporção dos impostos que os bancos deixando de recolher recentemente, nós ate estamos cobrando nas agencias bancarias para que fosse cumprido uma lei municipal que nós temos e o valor da multa é muito alta que sobre a questão do bancos que eles estão trabalhando hoje, temos uma lei municipal vigente desde abril de 2014 que obriga a ter vigilante ate as 22hs da noite e os bancos não estão cumprindo, na lei nós colocamos que essa fiscalização caberia por parte do PROCON a fundação PROCON entende que não cabe essa fiscalização pro PROCON e sim porque tem as unidades fiscais do município, então a fiscalização tem que existir das duas partes, da parte do PROCON e que faz parte do município, vai para o Governo do Estado e do nosso município porquê? Porque se você pegar do artigo primeiro ao 119 do código de Defesa do Consumidor, sempre fala da questão em prevenção a vida, então criamos uma lei municipal que obriga os bancos a ter vigilantes do horário que ele abre da parte da manha as 6hs da manha, ate

22hs da noite, mais recentemente notificamos, que os bancos através da Policia Federal porque tem uma portaria, só que essa fiscalização não esta existindo por parte da Prefeitura, então eu como Presidente da Comissão de Defesa ao Consumidor da Câmara, eu falei com o presidente que faça um oficio e encaminhar tanto pra Prefeitura como pra Policia Federal, Agencias bancarias pra que a lei venha ser cumprida no município porque recentemente estamos vendo ai na mídia em relação aos assaltos que vem ocorrendo nós estamos com problemas seriíssimo, em nossa cidade, as agencias bancarias estão fechando as 20hs da noite, descumprindo uma lei municipal, descumprindo o Decreto Federal que é a questão das agencias bancarias, hoje você pega os dois bancos, do Brasil em Vicente de Carvalho, que não estão abrindo as 18hs, as 18hs eles fecham, não atende mais o consumidor, na nossa cidade, porque estou colocando isso, porque está na sua pasta e outra é receita para o município ate porque de certa forma o consumidor, os bancos deixaram de arrecadar o município deixou de arrecadar, de certa forma, vamos colocar na pratica ai muito dinheiro que poderia esta sendo revertido hoje através de um TAC onde a gente poderia estar hoje monitorando a nossa cidade através de câmara, ate porque nos temos dois conselhos municipais vigente em nossa cidade que é o conselho municipal de segurança publica e o conselho municipal de defesa ao consumidor a qual nós não estamos conseguindo avançar, acho que e momento de crise mais é um momento que a nossa cidade do Guarujá possa sair a frente dessa questão dos monitoramento de câmeras, porque nós temos as pessoas que não conseguem mais sair de casa das 20hs, 21hs da noite pra ir ate banco porque elas estão correndo hoje um grande risco que

é o assalto relâmpago, já vem crescendo praticamente, no interior de São Paulo, então assim nós temos que fazer um trabalho preventivo, até que você colocou momento de crise, mais e o momento também da gente conseguir superar tudo isso que esta acontecendo, se nós temos uma lei vigente hoje nós estamos deixando de arrecadar, hoje posso até falar em milhões a questão das agencias bancarias, porem a gente não tem essa fiscalização vigente que esteja acontecendo nas agencias, pelo menos uma vez por semana da gente estar notificando as agencias bancarias, estar colocando para que eles estejam cumprindo uma lei Municipal que existe, o valor da multa é muito alto, o descumprimento na segunda dobra o valor da multa, e terceiro e a lacração da agencia bancaria, como Santos e outra cidade fizeram. Tivemos-nos uma mídia muito positiva que foi através da Tv Record a qual ouviu os consumidores e os agentes, que são os vigilantes e todos eles acharam uma lei excelente para o Município não só na geração de emprego, mais a intenção de trazer a segurança para nossa cidade e o contribuinte para nossa cidade puder ter o privilégio daquilo que ele tem direito, hoje temos a questão muito grande que em relação as agencias bancarias, nós temos essa queda de receita, mais também nós temos que ir pra cima, tem aquele ditado popular, dá a Cesar o que é de Cesar e da a Deus o que é Deus, então se os bancos devem, ele tem a obrigação de pagar, porque nós temos leis importantes nessa Casa que elas, não estão sendo cumpridas pela questão da fiscalização, porque não tem essa fiscalização preparada para fazer esse tipo de fiscalização que nem o PROCON tem de fazer banco, vamos ter uma fiscalização da questão das clinicas particulares que são os horários de atendimento, então o que a gente percebe e que

agente podia ter arrecadado muito dinheiro, não só na parte de orientação, mais porque as pessoas estão descumprindo e hoje você pega as agencias bancarias e as empresas de telefonia elas estão devendo milhões para Prefeitura e cada dia estão descumprindo uma lei, que poderia ter dinheiro aos nossos cofres públicos e poderia ter dinheiro uma capacitação melhor para o nosso servidos publico e a nossa cidade ganhar com isso. O que a gente percebe hoje que não pode prevaricar ou cair nessa questão do município, que agente não esta fiscalizando aquilo que e correto , nos temos uma lei vigente , ela tem que ser fiscalizada porque não adianta a casa fazer uma lei importante para o município sem que a fiscalização pra que possa realmente saber se ela esta sendo cumprida ou não .

ARMANDO PALMIERE - Positivo

eu agradeço a participação e a presença do nosso Vereador Luciano China, é importante sim com certeza, a gente tem atuado em cima dos bancos mais na questão fiscal que também é muito difícil e a gente tem mudado essa situação com a fiscalização um pouco mais real em cima das ações do banco em cima dos balanços dos bancos para descobrir ali as condições de cálculos para com isso, principalmente uma comanda grande já com eles, não é de agora é antigo, essas discussões os Vereadores tem conhecimento, os bancos é um lob muito pesado, eles estão indo em todas as estâncias, e a gente vai ter que esperar aí isso tem milhões pra ser arrecadado e espera que isso se resolva e tem alguns assuntos também que são assuntos nacionais porque que o live ou determinado imposto os cartões de credito por exemplo eles são tributados não na fonte aqui mais no município sede e todos escolhem Barueri como município sede justamente por ter isenção

enquanto que o consumo esta aqui, mais isso depende ainda de avanços federais que agente possa fazer nessa questão, o Sr . bem destacou a gente já viu algumas mudanças de hábitos, eu já presenciei, saques altas horas que precisei fazer com a presença de um vigilante, isso já tranqüiliza a gente, atos que a gente não mais praticava, justamente por causa disso, eu acho que intensificar isso é uma questão da gente readequar, a fiscalização, juntar-se ao PROCON que tem muito mais habilidade e conhecimento desse setor do que nossos fiscais tributários e juntar tudo isso e multa é uma coisa que a gente não gosta de aplicar mais quando e necessário a gente precisa resolver, não é através de multa que a gente vai resolver o problema da cidade mais pelo menos a dignidade aos munícipes, por quanto ao cumprimento das leis, entendo que isso é uma lei bem importante, porque a gente deixou de freqüentar o banco noturno justamente porque corria esse risco e hoje eu particularmente já presenciei, um saque fui fazer a noite de um guarda noturno, estava la sentado dentro da agencia então acho que a gente tem que aprimorar e com certeza vamos fazer sim, porque e de interesse aos munícipes, que agente, e que todos respeitem as leis vigente, ainda mais uma lei importante que eu entendo, para com cidadão é segurança publica e segurança publica a gente tem que ter esse cuidado e esse zelo. Agradeço pela sua participação, mais de qualquer forma, voltando aqui a nossa receita a gente percebe, que houve uma evolução, essa evolução constante, tanto é que as linhas estão bem paralelas, em relação ao ano passado ,justamente porque é o posto que a gente tem conseguido na receita mensalmente.

Em relação a receita, ai um resumo geral, nós tivemos um

aumento entre 16, entre esse quadrimestre e o quadrimestre do ano passado de 7,58% , conforme agente demonstrou, esse ano nós arrecadamos 420 Milhões 265 mil 239 reais e 97 centavos, enquanto o ano passado 390 Milhões 641 mil 611 reais e 36 centavos, mesmo assim 7,58 é um índice basicamente um inferior ao índice inflacionário que nós estamos vivendo, de quase 9%, 8, tivemos uma redução aí chegamos a 10% em março e começamos a ter uma reversão disso, eu espero que a gente continue a cair, isso que é importante não só para o município mais como o Brasil como todo.

Passo aqui mais informações do principais tributos municipais dos quais a gente tem mais domínio e também posicioná-lo em arrecadação geral, não só os tributos municipais, mais também, os tributos de custeio relativo a transferências, temos aqui os valores posicionados. Na primeira coluna o que estava previsto de serem arrecadados, na segunda coluna o realizado, efetivo, o que efetivamente entrou nos cofres publico, qual o percentual disso em relação ao outro, em baixo observação, quanto esse valor representa de aumento ou de queda em relação ao ano passado, ai considerando a variação do INPC por causa do índice inflacionário com mais de 5% seria um pouco mais difícil a gente comparar financeiramente os dois valores..Pois não senhora :

SRA. MÉRCIA - Oi eu sou Assessora do Luciano China , ele pediu para eu fazer um questionamento? Em relação à arrecadação ao IPTU não está envolvendo o REFIS? Englobado ele vai aparecer na Dívida Ativa?

ARMANDO PALMIERE - Ele Vai aparecer como dívida ativa.

SRA. MÉRCIA - Então esse aqui é o que deveria ser recolhido e nós tivemos uma queda do IPTU.

ARMANDO PALMIERE - IPTU ele diz, aliás todos os tributos que apresentando o valor previsto para 2016, tudo que é anterior é possível através da dívida ativa ser paga já não é mais dívida corrente ela é dívida no município mais de longo prazo na dívida ativa tem um outro conceito e a gente destaca isso para poder separar e exatamente quanto se recebeu de 2016, no ano de 2016, para gente acompanhar orçamentariamente o valor financeiro do ano corrente ok?

SR. PRESIDENTE - Armando eu vou pedir para as pessoas que vão fazer perguntas fazer após a sua explanação fazem todas as perguntas agenda tudo direitinho pra gente poder dar um alinhamento.

ARMANDO PALMIERE - Então passamos então a explicar tributo por tributo. O IPTU nós tínhamos previsões de um pouco mais de 3 Milhões, arrecadamos 135 Milhões, uma perda de 5,40% no ano, se compararmos no mesmo período do ano passado e aplicarmos o índice deflator do inpc, nós estamos com uma arrecadação negativa de menos 4,30%, então essa é a fórmula que a gente apresentou aqui que daqui a pouco eu começo só sintetizar.

Aí nós temos o ISS, o ISS temos uma perda no ano em relação ao previsto de 11,04% e corresponde a 7,72%, já com a variação do INPC, ISS como falei é uma situação que precisa ser analisadas e nós estamos fazendo isso pra que a gente consiga, no caso fomentar as natureza de serviços no município para poder voltar a ter uma arrecadação condizente como foi os anos passados .

O FUNDEB, veja que a gente projetou foi o que agente arrecadou fechamos em 0, é o mesmo valor mais ele representa em 8, uma perda em 8,43% em relação ao ano passado considerando o INPC

O ICMS que é um repasse de transferência do Estado, então toda compra que agente faz é feita uma arrecadação de ICM ao Estado e que retorna ao município aqui também demonstra e foi a cerca de um mês atrás motivo de algumas reportagens jornalista, sobre isso de modo geral a gente também respondemos a esse respeito que o município esta perdendo, o Estado esta perdendo. Então nós tivemos uma arrecadação uma transferência menor de 43,53% em relação ao previsto e isso corresponde 11,03% em relação a arrecadação do ano passado ai considerando o INPC.

O próximo tributo resumidamente é o SUS.

Todas as arrecadações relativas à saúde repassada pelo SUS, nesse caso houve um aumento no previsto de 4,46% mais uma queda ao ano passado com variação no INPC de 6,38%.

O FPM é um repasse de transferência da união, a união arrecada através do imposto de renda, através do IPI basicamente e repassa aos municípios conforme uma condição

geográfica do município e também populacional do município, houve uma perda de 5,68% em relação o previsto e 13,03% em relação ao ano passado, um índice muito forte, e preocupante porque esta acima do índice fracionário, acima do índice 3,03 e um valor muito preocupante não é uma das principais receitas do município mais a gente não pode perder nenhum centavo isso é importante e nós temos feitos algumas, a Prefeita tem feito algumas reuniões em Brasília junto com outros municípios, justamente para fomentar e melhorar essa repartição essa devinda de falta de recurso da união para com o município, o imposto de renda basicamente aqui são as arrecadações do próprio servidor publico, a retenção do servidor publico e das empresas prestadoras de serviços do município, então nós tivemos um aumento de 11,73% em relação ao previsto e um aumento de 11,11% já considerando a inflação, um índice forte mais um valor absoluto em reais, significa pouco para arrecadação do município. A divida ativa refere-se a todos os tributos arrecadados, todas as dividas anteriores de 2015 , incluindo ela, nos tivemos em relação ao previsto 58,48% a menor mais uma arrecadação a maior em relação ao ano passado de 59,04% isso e basicamente uma questão do Refis que pode não ter sido aquilo que projetamos mais que representou um numero bastante satisfatório diante da crise que estamos enfrentando desde do ano passado, então o Refis 2015 que teve seu período em torno de novembro a março nesse primeiro quadrimestre contribui bastante que essa receita em relação ao ano passado aumentasse bastante. O STI ou ITBI que é o imposto sobre as transferências imobiliárias, teve uma perda de 19,68% em relação ao previsto e de menos 20,23% em relação ao ano passado, veja a situação realmente das

transações imobiliárias esta bastante a quem da nossa capacidade, o município arrecadou números bem significativo ao passado e com toda crise esse número tem diminuído essa transferência justamente pelas transações imobiliárias do município.

VEREADOR LUCIANO LOPES

DA SILVA - Secretario me tira uma duvida, essa transação que e feita da questão imobiliária é feita em cima do valor venal imóvel ou daquilo que foi negociado?

SECRETÁRIO **ADJUNTO**

MARCOS- É o menor deles. Por exemplo eu adquiro um imóvel seu por 300 mil reais ele esta com valor venal 200 mil mais adquiro por 300 e vou pagar ITBI sobre 300. Eu tive conversando com alguns corretores essa manobra, tipo no Acapulco, tem uma casa que custa 8 Milhões, mais geralmente o que eles negociam e o valor venal o é que esta ali, então eles nunca declaram que a casa custa 8 milhões. O que pega, recentemente tem uma casa no final da Enseada, casa e de 9 Milhões porque o corretor é meu amigo e a casa o que foi arrecadado foi 3,5 Milhões então assim não foi arrecadado em 8 milhões e sim de 3,5 Milhões. É uma situação que escapa um pouco do controle do município porque implica ai numa omissão de valor patrimonial, município ele tem que tributar com base do instrumento jurídico legal, que é a escritura que vai ser levada a registro, evidentemente havendo provas, fatos concretos que pode ter havido uma sonegação e que não vai

implicar não só no IBI e no imposto de renda também é possível uma levantamento fiscal e preciso que tenha prova concreta dessa transação, é difícil para o município fiscalizar porque extrapola os limites legais, você envolve a questão de sigilo bancário, outras coisas, mais assim o município, em relação os valores venais, as transações tem sido feita sempre acima do valor venal, em torno de 20% acima do valor venal, se fosse feito em cima do valor venal seria tributado corretamente mais a gente sabe que existe sim fuga e extrapola o limite de fiscalização.

VEREADOR LUCIANO LOPES

DA SILVA -ate fiz essa pergunta ate porque tinha conversado com o secretario Armando e sempre tem situações que o próximos gestores tem que pensar nessa planta genérica

SECRETÁRIO **ADJUNTO**

MARCOS - A respeito disso Vereador aproveitar a oportunidade esse é um Projeto que esta dentro de PEMAT que foi aprovado já pelo BDS e pelo Tesouro Nacional e que basicamente estamos dependendo agora da Caixa Federal. Esse é um projeto que precisa ser discutido, então nós tentamos fazer algo mais simples resolvemos não atuar em cima disso porque tem situações muito delicadas nos municípios em todas as regiões, então envolvemos esse projeto dentro de um projeto de melhoria de estrutura administrativa juntamente com o BEMAT que é um programa do BDS que ha 2 anos estamos buscando isso, já foi aprovado o projeto pelo BDS endividamento necessário para

aquisição desse financiamento pelo Tesouro Nacional e nós estamos ai discutindo detalhes com a Caixa Econômica Federal, estamos sim com muita ênfase nessa questão, talvez essa gestão evidentemente não vai colher esse fruto mas esse projeto tenha um recolhimento, porque há realmente algumas defasagens históricas e grandes nesse município, não só pra baixo mais pra cima também existe muitas áreas lançadas que somos devedores a discutir esses lançamentos há muitos anos e a Prefeitura continua fazendo esse lançamento mesmo sabendo que eles não vão ser pago e serão discutidos todas essas modernizações não só do valor venal do imóvel e o cadastro técnico da prefeitura estão no projeto do BEMAT e que a gente esta atuando para que a Caixa Econômica libere tanto é que o primeiro processo que é de melhoria interna e temos que fazer pelo menos o primeiro lançamento, a primeira estação antes do final de julho, para que não haja descontinuidade do segundo semestre, já esta adiantando algumas coisas que esta mais ou menos certo do é, que custe pouco para que a gente consiga o mais importante essa situação, não só da defasagem mais também os descontos excedidos as áreas fiscais que tentamos trazer pra câmara, precisa de uma discussão muito grande envolvendo toda sociedade para que a gente não tenha nenhum tipo de problema de São Paulo que tivemos no ano passado, tomara que iniciamos esse trabalho, pode ter quase certeza valores porcentual menores se a gente tiver os valor reais venais dos imóveis e do município e bem possível que diminuem nossa taxa, mudando isso, tirando o Guarujá dessa situação histórica de valores alto de impostos.

SR. PRESIDENTE - Armando eu pedir para vereador China assumir a presidência, estou recebendo um recado da excelentíssima Prefeita e ela solicitou a presença lá, a partir de agora o presidente da casa é o Luciano China.

ARMANDO PALMIERE -

Obrigado Toddy pela abertura e agradeço pela presença. O imposto e IPVA é arrecadado sobre as circulação dos veículos, nós tivemos ai uma queda 3,05% e uma arrecadação a menor do ano passado 2,16% considerando ao INPC. A taxa de lixo que esta vinculado ao IPTU, mais aplicado somente aos imóveis construídos, teve uma queda de 5,67% no primeiro quadrimestre e representa 3,96% em relação ao ano passado. FNDE que é ligado a educação custeio, destina essa verba basicamente para a merenda e algumas outras atividades do município, importante na educação, ela teve uma queda de 16,69% e 25,25% em questão ao ano passado uma queda muito significativa, apesar do FUNDEB ter se equilibrado o FNDE acabou reduzindo e bastante a nossa perda e ainda não ficou dentro do ideal. Multa de transito em abril teve uma queda de 42,41% em relação ao previsto e de 42,55% em relação ao ano passado, a uma tradição que as multas do trânsito só pagar o licenciamento somente abril tem licenciamento, então isso vem sendo recuperado no decorrer do ano, então isso é normal no primeiro quadrimestre. Temos a situação por ordem de arrecadação.

IPTU continua sendo o imposto de maior arrecadação no município e sempre será, porque temos no município de 300 mil

habitantes e absorve a uma população de 1 milhão e duzentos, 1 milhão e 500 de pessoas então é desproporcional em numero de imóveis em relação a população do município, então o IPTU sempre vai ser representativo nós temos ai uma surpresa que não tínhamos, o FUNDEB voltou a ser a segunda posição depois muitos anos uma arrecadação um pouco superior ao ISS que sempre tem mantido a segunda colocação. O ICM a quarta manteve, Divida ativa normalmente oitava , agora em quinto. O SUS, o IPVA, IFPM, IMPOSTO, então em ordem de valores arrecadados, então como foi a arrecadação bruta, porque alguns impostos como ICM o IFPM e o próprio IPVA, parte dele é retirada do valor da arrecadação e colocada como FUNDEB que faz parte como fundo que constitui o FUNDEB. Posição sobre o Refis como foi o fechamento do refis em 2015 que iniciamos o ano passado, fechamos 8.528 refis, que representa 40.837 Mil dividas evidentemente, quando vai renegociar uma divida tem mais em números reais nós tivemos apesar de ter um lançamento parte dela não se concretiza, umas desistiram outras deixaram de pagar e o valor lançado foi de 54 Milhões e 500, o valor já arrecadado ate abril de 44 Milhões e arrecadar 9 Milhões e que será arrecadado nos próximos meses, até o final do período de parcela do REFIS. Alguns números só para conhecimento, o Refis de 2013 teve a grande maioria do pagamento a vista que os senhores Vereadores nos sugeriram que a gente aderiu ao projeto que não existia 2013, então as pessoas parcelaram em pequenos períodos, a maioria dos devedores estão na faixa de 1 mil a 20 reais na segunda tabela, então a 1 , 5mil reais de divida, foi 2,839 processos de refis, 5 a 10, 1,400, de 10 a 20, 1mil e 200, essas são os contribuintes que aderiram ao refis em grande massa, mas tivemos também

valores de 100 Mil 263 refis foram feitos com dividas de 100 mil reais e nível de processos estava ainda continua com processos administrativo de 4564 mil, sem processo 4364 mil, assim como o exemplo do refis 2013, 2015 também representou um numero significativo de valores de divida, quem procurou a oportunidade de fazer o refis pagando e deixando de pagar multas de juros foi aquele contribuinte que tinha pequena divida e queria ter seu cadastro em dia, e resolveu o problema principalmente das ações judiciais, em cima do seu imóvel, garantindo ai sua permanência no imóvel. Falando de despesas, o que aconteceu nesse primeiro quadrimestre, temos o orçamento aprovado pela Prefeitura era de 1 bilhão 263 milhões, um pouco mais que isso, hoje esta atualizado por novos convênios a partir do processo de aprovação de um 1 bilhão 311 milhões, pouco mais que isso, então esse o orçamento atualizado, do qual fazemos algumas atualizações agora, estão nas despesas corrente, são despesas pessoais, despesas de custeio basicamente, 1 bilhao 058 milhões do orçamento já empenhamos 537, liquidamos 319 milhões e pagamos 236 um pouco mais de valores nas despesas corrente, grande parte praticamente 50%, mao de obra, a despesa capital, tem sido a que tem sido maior queda são aqueles valores vinculado, principalmente investimento ligado a obra, e a gente consegue ligar aos outros entes, e que não temos conseguido receber justamente em relação ao valor, então 252 milhões que a gente tinha de capital nós empenhamos 63, liquidamos 41 empenhamos 7, o liquidado é aquilo que foi executado.

Uma analise um pouco mais que comparativo, no ano passado nós tínhamos 636 milhões empenhados, esse ano temos 565 milhões empenhados , esse ano empenhamos menos. Resultado

primário e que tem sido aí a população brasileira. Nosso resultado primário nesse momento significa pouco e de 75 milhões é a diferença entre a receita primeira e essas receitas não consideram juros, aplicações financeiras, então é um número bem primário, isso é importante para sabermos quanto pagamos de nossa dívida antiga e o município tem que honrar, com esse orçamento que a gente tem. Aqui tem uma descrição muito simplória, receitas primárias. Algumas breves informações financeiras do Guarujá Previdência, nós tivemos aí a receita do ano passado nos fechamos o quadrimestre com 22, 500 milhões e fechamos o quadrimestre com 41, 400 milhões superior a nossa previsão de orçamento, a situação da Guarujá Previdência está sendo sólida a este título, a Prefeitura está rigorosamente em dia com suas contribuições para com as previdências, repassando em dia todas as contribuições que a Guarujá Previdência necessita e pra isso fazendo a carteira necessária para os servidores a longo prazo, muitos auxílios nós arrecadação tem sido bem superior e isso tem motivado a melhorar sempre a Guarujá Previdência, então dentro do orçamento as despesas do orçamento atual é de 97 milhões.

Então, execução a verdade é que se paga, que se pagou nesse período de benefícios e dos aposentados pensionistas já pela Guarujá Previdência, foi em torno de 5 milhões 331 mil pagos no primeiro quadrimestre, os relativos da lei dos idosos, dos aposentados pela previdência são pouco, são apenas duas pensões, todos os benefícios que se paga para os servidores neste primeiro quadrimestre há uma previsão de 20 milhões nesse valor e já temos 16 milhões empenhados, com isto o caixa de investimento da Guarujá Previdência então todos os valores são preferencialmente aplicados que isso fomente um caixa de

aposentadoria, hoje ao final do primeiro quadrimestre nós temos 204 milhões 646 mil reais em aplicações. Uma grande parte 86% renda fixa e 13,20% renda variada. Muitas técnicas que a gente não domina, não faz muita parte do nosso dia e que completa os 100 %. Hoje ainda se tem duas aposentadorias e custa ai na ordem 5 mil e 400 o valor bruto de quatro meses, valor pequeno, que houveram na Guarujá Previdência, a primeira leva maior será em 2018 muita gente habilitada que poderá se aposentar. Por enquanto um numero pequeno, porem significativo nas questões dos beneficios, auxilio doença no primeiro quadrimestre, 1510 milhões em beneficios, e media foram 156 beneficios mensais pago, e totalizam 1400 milhões, salário maternidade 22 beneficios a media mensal 138 mil reais, pagos em beneficios, pensionista em media 30 beneficios mensais que completaram 311 mil pagos para os pensionistas, numero de atendimento chegou na ordem do quadrimestre, 1360 atendimento entre abertura, telefone, agendamento, pericias medicas, então por isso a estrutura hoje esta sendo ampliada através do concurso publico para que a cada dia mais agente consiga o melhor atendimento ao servidor, e que continue crescendo. Então passo a palavra ao Vereador Presidente com a equipe de Finanças, justamente, para esclarecer as duvidas necessária.

SR. PRESIDENTE - Secretario muito obrigada pela explanação, audiência, não só o senhor mais toda equipe, e queria fazer a pergunta a semana passada eu apresentei aqui um requerimento, uma indicação na casa, quais os motivos que tem levado a constante quebra a ordem

cronológica dos pagamentos dos fornecedores, solicitando essas informações que temos visto no diário oficial, nesse ordem de pagamento dos fornecedores.

ARMANDO PALMIERE - Eu acho perfeita sua pergunta para esclarecer como funciona, primeiro a quebra de ordem não se da por vontade de OAB, é sim pela necessidade que a secretaria tem da continuidade daquele serviço e que se corre risco de interromper por conta de uma falha de pagamento pela lei 866, qualquer empresa pode deixar de prestar o serviço quando se tem 3 meses ou 90 dias de atraso de seus vencimentos, a quebra de ordem ela é basicamente esse serviço básico seja mantido, então nosso critério é pra fazer a quebra o serviço tem que ser continuo necessário, importante para o município, segundo tem que estar pelo menos de 60, 90 em atraso e que pode correr o risco de paralisação por conta da empresa e pela manifestação da empresa ou da própria secretaria então cada um, a secretaria de finanças ela é uma informação mais a gente não é um domínio perfeito e todas necessidades que o município tem, ela é presente justamente para estabelecer aquilo que é prioritário e que não é prioritário, evidentemente aquele fornecedor que é um fornecedor único e que não tem nenhum prejuízo. A Prefeitura não depende dele, não será motivação para uma queda de ordem cronológica, mais uma prestação de serviço, como a coleta de lixo, onde a paralisação daria danos importantes para o município e todos cidadãos passe ele a uma situação de antecipação de seu pagamento para que não haja compromisso

publico. Eu ainda não recebi seu requerimento, mais responderei na mesma forma com dados mais preciso.

SR. PRESIDENTE - Eu fiz essa pergunta porque tive recentemente na unidade da UPA há duas semanas atrás com o Secretario e tivemos um problema seriíssimo que foi um final de semana sem medico e eu tive ligando pra alguns médicos nos assustam porque temos vários contratos na questão do lixo, do repasse do santo amaro, questão medica, que são das empresas, mais alguns médicos estavam colocando nas redes sociais que não estavam recebendo desde março e estávamos no mês de maio, eles estavam sem receber desde marco, eu chamei o secretario de canto na Upa e falei queria que me informasse se é verdadeira ou não essa informação. Ate cobreí da própria Prefeitura e fizemos levantamento da AGP empresa a qual estão tirando os noturnos, não existe mais os vigias noite nas escolas, diminuiu, tirou o funcionário mais o contrato permaneceu, então que só Sr me respondesse, qual foi a redução desse contrato da TERRACOM e da AGP, porque hoje não existe mais varrição nas ruas, então assim a Prefeitura esta pagando um serviço caro e quem faz essa fiscalização e de que forma esse contrato da TERRACOM, quantos funcionários, estão fazendo a limpeza urbana, e uma coisa que nos chama a atenção eu e meu irmão fiscalizamos nessa questão da TERRACOM, sempre estou batendo de frente, ontem tive um problema serio em questão de lixo, tira a metade e deixa população a mercê, alguns recebem outros não e aqueles que prezam a maior questão hoje e a questão medica, que e acabando com os gapes dos médicos, e nenhum vai querer trabalhar na nossa cidade por 639 reais, enquanto eles trabalham como medico rpa, por 1mil a 1300

reais, então ninguém virá pra nossa cidade e a dificuldade para receber. Será que e verdade que eles estão sem receber desde marco e que prestam serviço mais ou menos não cumprindo com aquilo que foi solicitado no cartório?

ARAMDNO PALMIERE - Bem eu vou responder em parte a sua indagação, acho importante para que todos saibam, primeiro a secretaria de finanças ela não participa da fiscalização de nenhum desses setores, nós sabemos pelo controle orçamentário que a terracom teve uma redução de 25% isso a gente soube ate porque o empenho pra esse ano foi bastante reduzido, logo no inicio do ano houve essa noticia em relação a corte, evidentemente quando você corta em serviços, parte do serviços ficam comprometidos, mais a secretaria de finanças é a parte final. Outro detalhe importante é que tudo que se refere a mão de obra não se refere a ordem cronológica, então acho que quando teve esse questionamento através do secretário, não estavam na tesouraria, então a secretaria de finanças não tinha esse informação concreta que podia pagar, então logo chegou esses pagamentos, eles são tão prioritários que nem o secretario age sobre ele, a própria tesouraria já tem a sua autonomia para que processo de Mao de obra de entidades, terceiro setor, assim que chega na tesouraria elas são providenciadas quanto a seu pagamento, então em questão dos médicos, deve ter sido alguma questão burocrática, da montagem do processo eu sei que outros períodos que foram contratos médicos, por rpa, deixavam o rpa pra lá, perdia –se muito tempo buscando seu rpa. A secretaria de saúde já disse que isso já teria diminuído, ou seja, assim que presta serviço o

próprio médico já serve o rpa de imediato e tem seu trâmite legal e que em passar pela secretaria passa pela contabilidade, passa na tesouraria e providencia o pagamento e não é um serviço do dia pro outro, então eu acho que o secretário Marcos, entrou em contato com a gente e desceu esse processo, já foi liquidada, e não há nada em aberto quanto a médico, hospital santo amaro, rescisões. Você vê os exemplos dos pequenos fornecedores valores, nós temos uma ordem valores, aquelas notas fiscais até 8 mil reais, entramos em janeiro devendo mês de junho, hoje estamos em maio e já estamos pagando março, estamos tentando equacionar caso a caso, situação a situação, definindo a prioridade do atendimento município. Passamos o fornecimento do medicamento, quase vem vinculado a empresa que fornecer o medicamento é só o trâmite burocrático, porque o dinheiro de repasse federal, o dinheiro tá na conta, não tem porque segurar o dinheiro chegou na tesouraria paga ele não entra em ordem cronológica. Então passamos isso pra os principais serviços, na equação serviços de transportes, transportes especiais, na saúde o serviço de transporte porque tem uma demanda muito grande e esta na verba vinculada, fornecimento de medicamento, estão basicamente quase todo com seu fornecimento com verbas vinculadas, a gente vai adequando a necessidade da secretaria para que a gente mantenha um serviço é uma questão de gestão do ano passado a gente não pode só criticar e sim um aprendizado é muito que a gente aprendeu o ano passado e o tombo que a gente levou não pode ser repetido esse ano, temos melhorado, essa gestão e tem diminuído um pouco mais esse tempo, não tem privilégio de um e de outro, sinceramente Vereador com todo respeito, não quero entrar no mérito da fiscalização que

depende do gestor de cada contrato, sobre a GP ela também tem recebido muitos atrasos e essa informação a gente pode coletar junto com a secretaria competente de fiscalização.

SR. PRESIDENTE -Mais houve também redução da GP, terra com 25% e da GP .

ARMANDO PALMIERE - O ano passado já teve uma redução e esse ano também, varia muito de contrato para contrato, se sabe que a Prefeitura tem a gerencia de 25% de contrato ou pra mais ou pra menos, fora isso é preciso ter uma anuência do próprio fornecedor, então hoje a gente pegar um contrato recém criado e tirar 25% é uni lateral, pode crescer ou descrever a 25% a mais que isso nós precisamos ter uma atuação ou concordância, então alguns contrario por exemplo que já tiveram reduções o ano passado é que permanece ainda em atividade, esses contratos são mais difíceis de fazer. A TERRACOM não é um contrato novo que começou o ano passado eque não sofreu redução, pelo menos da ordem de empenho de 25% e eles estão tentando acompanhar que não é fácil reduzir serviços ainda mais na zeladoria, que a gente sabe que não é fácil quando a gente pudesse a gente teria que aplicar e não é suficiente, quanto mais agente aplica mais lixo na esquina aparece, então é um contrato difícil, a questão de redução ela tem que ser verificada também nesse nível que um contrato que já recebeu 25% ano passado, esse ano tem que fazer uma transitiva diferente, não pode ser mais unilateral, reduzindo isso à lei 866, resumindo

pra mais ou pra menos, essa minha capacidade de aumento direto, fora isso depende da participação da empresa.

SR. PRESIDENTE - Secretario gostaria de fazer a ultima pergunta, pra encerrar da minha parte. sempre sou cobrado constantemente, estava ate brincando com Queiroz. Os tios dele moram ali perto, jogam bola na praia e estamos com problema seriíssimo com iluminação publica da nossa cidade e não é parte da eletro nem da CPFL, mais sim por parte da Prefeitura que é aquela continuação da avenida da praia, que foi ate da rua Uruguai e ate o final da enseada, quem ganhou licitação foi a TERRACOM, sei que não tem a ver com sua secretaria, mais foi feito pagamento na época, diversas vezes o secretario Everaldo quando estava na pasta, nós pagamos por um serviço colocaram depois roubaram a fiação e de La pra Ca nós não vimos nada acontecer, na copa do mundo surgiu boatos que tinha sido transferido os refletores para o estádio, recolheram em pleno período da copa e depois retornaram mais não esta funcionando e você pega 2,3,4, poste funcionando naquele local, depois eu falei com secretario Everaldo e disse que o material que veio foi de segunda linha da China isso nos deixa muito preocupado porque estamos finalizando um mandato e temos um contrato que foram gastos milhões la na orla da praia com aqueles postes e luminárias e não funcionam, como outros contratos outras licitações da manutenção que era da rua Uruguai pra ca, nós temos um cartão postal que e da orla da praia sem contar que a parte da elektro mais a nossa parte que e da iluminação publica por parte do município, agora tem

licitação colocaram tudo e não funciona, queria que o Sr me respondesse se foram pagos corretamente, porque nos temos um prazo garantia que e o prazo 5 anos e as empresas não tomaram providencia, não sei se por parte da prefeitura, porque faço praticamente cada dois três meses requerimento, indicação solicitando em relação a iluminação publica sou cobrado diariamente pelas redes sociais em relação a iluminação, nos deixa muito triste, porque foi pago, verba do Haddad, a qual a terracom ganhou fica largado, os postes noturno a noite não funcionam, a quantidade de poste 6 dúzias funcionando com uma lâmpada .

ARMANDO PALMIERE - O

Senhor tem razão em relação ao pagamento, aquele foi uma obra solicita atrás do Haddad e foi utilizado recurso pagamento houve sim instalação de entrega um pequeno roubo, esse roubo nós conseguimos renegociar com a empresa, eles recolocaram a fiação na época tanto é que voltou a funcionar um período e depois novos roubos ocorreram, e a a empresa já não quis mais arcar, apesar dela já não ter a responsabilidade do primeiro roubo da fiação, então ali, é uma questão de manutenção do próprio município, manutenção cara que precisa ser feito, não só na orla como também em praças e outros setores, é importante frisar que a gente tem um fundo, que é de iluminação publica e pra isso tem processo em andamento que e a empresa de manutenção, porque não só a manutenção do setor publico que não era da CPFL e da elektro, nós teremos responsabilidades, garantindo mais as companhias não querem mais fazer essa manutenção, então o município ficaria

responsável não somente da manutenção das praças e da praia como era antigamente, mais também como também toda parte de iluminação publica de modo geral da cidade toda, então desde do ano passado esta correndo um processo licitatório pra contratação, através do recurso da SID, Sid não desculpe da cosip, sid é petróleo e outra coisa, da sip da cosip que a gente arrecada através da conta mensal das companhias e o saldo e depositado em conta, nos tivemos um período que essa conta ficou sendo negativado, porque todo mês a gente tinha que repor esse dinheiro por conta dos aumentos da questão do custo elétrico tanto e que passamos ai 2013, houve um aumento justamente para agente estabelecer um custo e contratar uma empresa que fizesse a manutenção em da cidade como todo , nos ainda não conseguimos, ai passamos por toda essa fase final de 13, 14 com aumentos absurdos que fizeram nas companhias e agente também ficou deficitária em relação a sip cosip, ainda fizemos alguns absurdos ano passado acabamos não aplicamos, mais hoje com a questão da redução esse processo foi retomado, eu conversei com a Prefeita quanto desses valores que foi depositado, que foi o valor de quase 5 milhões, que foi destinado a este serviço, mais e uma contratação de precisa ser de serviço contínuo, não é mais uma questão pontual, pra concertar a praia, eu preciso manter a cidade acesa, como todo porque as companhias ainda vem fazendo algo com muita insistência, muita dificuldade, muito atraso, em cima de liminares que a gente tem mantido essa relação, porque essas concessões, não tem mais essa obrigação, o município teve que assumir todo esse patrimônio e nossa briga e que vamos assumir o patrimônio antigo, o ultimo processo que a gente fez de grande troca das companhias foi

2002, eu lembro que participo que foi projeto reluz, que trocaram toda as lâmpadas que eram brancas ainda pra lâmpadas amarelas em 2002, e a companhia CPFL, também trocou as luminárias em Vicente de carvalho esse foi o ultimo patrimônio e aderido a iluminação publica, então hoje se agente assumir esse parque, precisamos modernizar esse serviço. Somente agora de meses pra que o fundo voltou a ser eficiente, pra a gente permite essa contratação, então esse assunto foi retomado, para que a gente volte a fazer esse processo licitatório de contratação de uma empresa a manutenção a Prefeitura não terá condição com sua equipe que a CPFL e que a elektro fazia no passado de troca rápida no setor de manutenção e essas manutenções especiais que são as praias e praças também estariam incluídas nesse processo licitatório e agente aguarda que isso ocorra e que essas iluminação seja retomada.

SR. PRESIDENTE - Secretario acho que não tem ninguém querendo fazer mais perguntas. Agora a previdência queria apresentar alguma coisa, Lucielma, quer falar alguma coisa?

SRA. LUCIELMA - Não.

SR. PRESIDENTE - Agradecer sua presença pela explanação Armando Palmiere, Marcos Antonio Shelvet, Luiz Fernando, Lucielma Feitosa da Guarujá

previdência, e o Frank, meu amigo surfista agradecer todo vocês, pela excelente explanação, desde já declaro encerrada a Audiência Publica precisamente as 16:11 muito obrigado a todos.



Prefeitura de
Guarujá

Audiência Pública

Art. 48 da Lei de Responsabilidade

• **Art. 48.** São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Peças de Planejamento

PPA – Plano Plurianual, realizado a cada quatro anos. Trata das ações que o município realizará durante os próximos anos (2014 – 2017). É a peça macro do planejamento público;

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, realizada anualmente. Estabelece os parâmetros para o orçamento a ser elaborado e executado;

LOA – Lei Orçamentária Anual, realizada anualmente. Deve respeitar as ações estabelecidas no PPA e os parâmetros estabelecidos pela LDO. É a última peça do planejamento a ser elaborada;

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Definição:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de orientar a elaboração do orçamento anual, adequando o mesmo às diretrizes e metas da administração pública.

Base Legal

- Constituição Federal;
- Lei Federal 4320/64;
- Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei Orgânica do Município;
- Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria do Tesouro Nacional.

OBJETIVOS DA LDO

- Estabelecer diretrizes, metas e prioridades da administração;
- Orientar a elaboração da proposta orçamentária;
- Compatibilizar as políticas, objetivos e metas previamente estabelecidas no PPA;
- Adequação entre receitas e despesas

**Projeto de Lei
Diretrizes Orçamentárias
para 2017**

7

PROJETO DE LEI

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências."

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único - Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1.º, da Constituição Federal, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

8

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2. As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2017 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais tem precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

**Metas e Prioridades
para 2017**

Descrição da Ação	2017			Total da ação
	Corrente	Capital	Reserva	
CÂMARA MUNICIPAL				
instalação e manutenção da câmara	4.400.000,00	-	-	4.400.000,00
manutenção dos serviços da câmara	37.047.000,00	360.000,00	-	37.407.000,00
Subtotal	41.447.000,00	360.000,00	-	41.807.000,00
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL				
federação e apoio administrativo da secretaria de coordenação governamental	8.239.000,00	2.000,00	-	8.241.000,00
Subtotal	8.239.000,00	2.000,00	-	8.241.000,00
ADVOGACIA GERAL DO MUNICÍPIO				
federação e apoio administrativo da advocacia geral do município	14.038.000,00	1.000,00	-	14.039.000,00
Subtotal	14.038.000,00	1.000,00	-	14.039.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
manutenção dos serviços de tecnologia da informação e informática	895.000,00	178.000,00	-	1.073.000,00
construção, reforma e ampliação dos prédios próprios de secretaria de administração	-	10.000,00	-	10.000,00
manutenção dos serviços da secretaria de administração	15.247.000,00	131.000,00	-	15.378.000,00
contribuição ao passivo	8.394.000,00	-	-	8.394.000,00
Subtotal	25.536.000,00	319.000,00	-	25.855.000,00

1
1

Descrição da Ação	2017			Total da ação
	Corrente	Capital	Reserva	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL				
construção, reforma e ampliação de projetos de soc. de desenv. e assist. social	1.000,00	10.000,00	-	11.000,00
manutenção e ampliação dos serviços da secretaria de desenvolvimento e assistência social	24.837.000,00	1.000,00	-	24.838.000,00
investimento do orçamento federal	100.000,00	1.000,00	-	110.000,00
instalação, ampliação e manutenção da segurança alimentar e nutricional	2.015.000,00	1.000,00	-	2.016.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
manutenção e ampliação dos serviços de proteção social à criança e ao adolescente	3.130.000,00	2.000,00	-	3.132.000,00
manutenção e ampliação dos serviços de proteção social básica	1.312.000,00	1.000,00	-	1.313.000,00
manutenção e ampliação dos serviços de proteção social especial	2.040.000,00	3.000,00	-	2.043.000,00
prestação e aprimoramento do sistema de gestão do SUAS	445.000,00	35.000,00	-	480.000,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
manutenção e ampliação de projetos co-financiados ao Infância	960.000,00	10.000,00	-	1.000.000,00
Subtotal	34.882.000,00	69.000,00	-	34.951.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA				
incentivo às associações culturais e grupos artísticos do município	1.000,00	-	-	1.000,00
manutenção e ampliação de estrutura organizacional da Secretaria de Cultura	5.054.000,00	1.000,00	-	5.055.000,00
formação artística	1.372.000,00	1.000,00	-	1.373.000,00
reparo, adequação e ampliação de equipamentos de difusão cultural	-	104.000,00	-	104.000,00
Subtotal	8.427.000,00	106.000,00	-	8.533.000,00

1
2

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEPRESA E CONVIVÊNCIA SOCIAL				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
construção, reforma e ampliação de prédios públicos destinados à secretaria de defesa e convivência social	-	10.000,00	-	10.000,00
Incrementação da guarda municipal	41.293.000,00	1.000,00	-	41.294.000,00
Implantação e operação da atividade delegada	380.000,00	-	-	380.000,00
manutenção dos serviços da diretoria de defesa civil	697.000,00	2.000,00	-	699.000,00
manutenção dos serviços de extinção de incêndios, resgate e socorro	595.000,00	2.000,00	-	597.000,00
DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE PÚBLICO				
manutenção dos serviços da diretoria de trânsito e transporte público	14.844.000,00	1.000,00	-	14.845.000,00
Subtotal	58.579.000,00	18.000,00	-	58.545.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PORTUÁRIO				
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PORTUÁRIO				
manutenção dos serviços da secretaria de desenvolvimento econômico e portuário	3.555.000,00	2.000,00	-	3.557.000,00
implantação e operação do aeroporto civil metropolitano	7.000,00	110.000,00	-	117.000,00
Subtotal	3.562.000,00	112.000,00	-	3.474.000,00

1
3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
demais envios e despesas da SEDUC	7.670.000,00	2.165.000,00	-	9.235.000,00
construção, reforma e ampliação de prédios de administração da SEDUC	-	40.000,00	-	40.000,00
manutenção dos serviços do secretaria de educação	32.775.000,00	25.000,00	-	32.800.000,00
prestação, reforme e ampliação de centros de atividades educacionais e contábeis	-	50.000,00	-	50.000,00
manutenção dos serviços dos centros de atividades educacionais e contábeis	9.736.000,00	1.000,00	-	9.737.000,00
manutenção e ampliação das parcerias dos centros de atividades educacionais e contábeis (o terceiro setor)	260.000,00	-	-	260.000,00
manutenção dos serviços de merenda escolar	11.158.000,00	18.000,00	-	11.172.000,00
manutenção dos serviços de alimentação básica	25.155.000,00	-	-	25.155.000,00
construção, reforma e ampliação de prédios p/o ensino fundamental	-	1.015.000,00	-	1.015.000,00
manutenção dos serviços de ensino fundamental	164.115.000,00	378.000,00	-	164.493.000,00
manutenção e ampliação das parcerias do ensino fundamental (o terceiro setor)	1.704.000,00	-	-	1.704.000,00
construção, reforma e ampliação de prédios voltados ao ensino profissional	-	86.000,00	-	86.000,00
manutenção dos serviços de ensino profissionalizante	3.195.000,00	4.000,00	-	3.199.000,00
construção, reforma e ampliação de prédios p/o educação infantil	-	6.000.000,00	-	6.000.000,00
manutenção dos serviços dos creches	45.543.000,00	64.000,00	-	45.607.000,00
manutenção dos serviços das pré-escolas	37.350.000,00	28.000,00	-	37.378.000,00
manutenção dos serviços para a assistência à criança	12.000.000,00	-	-	12.000.000,00
manutenção dos serviços de assistência do jovem e adulto	5.241.000,00	5.000,00	-	5.246.000,00
manutenção dos serviços de educação especial	13.369.000,00	14.000,00	-	13.383.000,00
manutenção e ampliação das parcerias da educação especial (o terceiro setor)	2.283.000,00	-	-	2.283.000,00
Subtotal	289.038.000,00	8.914.000,00	-	278.886.000,00

1
4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
investimento, reforma e ampliação de espaços destinados à prática esportiva	-	3.557.000,00	-	3.557.000,00
promoção de práticas esportivas	10.034.000,00	2.000,00	-	10.036.000,00
consolidação de prática esportiva e qualificação de profissionais	1.061.000,00	1.000,00	-	1.062.000,00
Subtotal	11.095.000,00	3.560.000,00	-	14.655.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
conservação, reforma e ampliação de espaços da Secretaria de Meio Ambiente	-	51.000,00	-	51.000,00
Manutenção e ampliação do "Sistema Azul"	71.000,00	-	-	71.000,00
Manutenção dos serviços da secretaria de meio ambiente	4.517.000,00	2.000,00	-	4.519.000,00
Subtotal	4.588.000,00	53.000,00	-	4.641.000,00

15

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
Modernização e apoio administrativo da Secretaria de Saúde	19.872.000,00	120.000,00	-	19.992.000,00
estrutura administrativa do conselho municipal de saúde	100.000,00	20.000,00	-	120.000,00
Promover e prevenir doenças	45.745.000,00	2.773.000,00	-	48.518.000,00
Oferecer o serviço de urgência e emergência no nível municipal	154.314.000,00	1.700.000,00	-	156.014.000,00
Qualificar e selecionar, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos	4.208.000,00	-	-	4.208.000,00
Aperfeiçoar o programa de vigilância em saúde	3.213.000,00	30.000,00	-	3.243.000,00
Aperfeiçoar o programa de vigilância epidemiológica	6.708.000,00	808.000,00	-	7.516.000,00
Subtotal	237.258.000,00	8.556.000,00	-	245.814.000,00

16

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
construção, reforma e ampliação de pórtico público da secretaria de turismo	-	7.526.000,00	-	7.526.000,00
manutenção dos serviços da secretaria de turismo	5.413.000,00	2.000,00	-	5.415.000,00
Subtotal	5.413.000,00	7.528.000,00	-	12.941.000,00
GABINETE DO PREFEITO				
manutenção dos serviços de comunicação e prestação de contas à sociedade	3.443.000,00	2.000,00	-	3.445.000,00
modernização e apoio administrativo do gabinete do prefeito	6.823.000,00	1.000,00	-	6.824.000,00
instalação e manutenção do Conselho Gestor da FPP	11.000,00	1.000,00	-	12.000,00
Manutenção do Fundo Social de Solidariedade	291.000,00	10.000,00	-	301.000,00
Subtotal	10.568.000,00	14.000,00	-	10.582.000,00

17

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				
Descrição da Ação	Corrente	Capital	Reserva	Total da ação
manutenção dos serviços da controladora geral do município	1.963.000,00	2.000,00	-	1.965.000,00
qualidade e transparência no gestão pública	10.000,00	1.000,00	-	11.000,00
despesa com a liquidação de empenho	3.950.000,00	-	-	3.950.000,00
Subtotal	5.923.000,00	3.000,00	-	5.926.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO				
manutenção dos serviços de secretaria de planejamento e gestão	7.648.000,00	1.000,00	-	7.649.000,00
Subtotal	7.648.000,00	1.000,00	-	7.649.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
pagamento de sentenças judiciais	75.438.000,00	57.081.000,00	-	132.519.000,00
melhoria do sistema de arrecadação do município	24.852.000,00	229.000,00	-	25.081.000,00
despesas de empenho gerais do município - divida interna	2.500.000,00	10.000.000,00	-	12.500.000,00
Subtotal	103.350.000,00	67.210.000,00	-	170.560.000,00

18

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Descrição de Ação	Comente	Capital	Reserva	Total de ação
melhora da infraestrutura urbana	291.000,00	49.004.000,00	-	49.295.000,00
urbanização da praia marítima	-	29.150.000,00	-	29.150.000,00
construção e instalação de equipamentos e obras que favoreçam o acesso de deficientes físicos aos parques e vias públicas	-	300.000,00	-	300.000,00
Obras e serviços de orçamento participativo	229.000,00	500.000,00	-	729.000,00
implantação de plano comunitário melhoramentos - pcms	-	1.000,00	-	1.000,00
manutenção dos serviços da secretaria de infraestrutura e obras	10.890.000,00	2.000,00	-	10.892.000,00
Subtotal	11.390.000,00	77.861.000,00	-	89.251.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
reurbanização de associações sub-revistas	5.591.000,00	40.328.000,00	-	45.919.000,00
manutenção dos serviços da secretaria de habitação	2.408.000,00	2.000,00	-	2.410.000,00
Subtotal	8.000.000,00	42.328.000,00	-	50.328.000,00

19

SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES URBANAS

Descrição de Ação	Comente	Capital	Reserva	Total de ação
construção, reforma e ampliação de parques públicos	-	50.000,00	-	50.000,00
ampliação da rede de iluminação pública	12.215.000,00	100.000,00	-	12.315.000,00
manutenção dos serviços da secretaria de operações urbanas	30.621.000,00	2.000,00	-	30.623.000,00
Subtotal	42.836.000,00	152.000,00	-	42.988.000,00
GUARUJÁ PREVIDÊNCIA				
presto do regime próprio de previdência social - guarujá previdência	4.274.000,00	4.726.000,00	-	9.000.000,00
pagamento e matrícula e pensão de ipss	23.237.000,00	-	-	23.237.000,00
reserva de contingência ou do ipss	-	-	67.841.000,00	67.841.000,00
Subtotal	24.511.000,00	4.726.000,00	67.841.000,00	97.078.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
reserva de contingência ou do ipss	-	-	500.000,00	500.000,00
Subtotal	-	-	500.000,00	500.000,00
TOTAL GERAL	1.026.358.000,00	218.859.800,00	68.341.000,00	1.313.558.800,00

20

Art. 3º - As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2017 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

Tabela 1- Metas anuais;

Tabela 2 - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

Tabela 4 - Evolução do patrimônio líquido;

Tabela 5 - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do RPPS;

Tabela 7 - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Tabela 8 - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Anexo de
Metas Fiscais
Tabelas 1 a 8

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
TABELA 1 - METAS ANUAIS
2017

AMT - Demonstrativo 1 (R.F. art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (R)	Valor Constante	% PIB (A/B x 100)	Valor Corrente (R)	Valor Constante	% PIB (C/D x 100)	Valor Corrente (R)	Valor Constante	% PIB (E/F x 100)
Receita Total	1.392.657	1.322.358	0,9500	1.475.806	1.340.700	0,9156	1.443.917	1.353.519	0,9367
Receitas Primárias (1)	1.349.897	1.297.714	0,9592	1.447.979	1.316.893	0,9112	1.536.121	1.333.933	0,9143
Despesa Total	1.392.657	1.322.358	0,9500	1.475.806	1.340.700	0,9156	1.563.317	1.389.319	0,9750
Despesas Primárias (2)	1.380.013	1.312.848	0,9509	1.462.121	1.328.533	0,9119	1.549.100	1.369.807	0,9750
Resultado Primário (1) - (2)	-13.215	-12.644	-0,9057	14.122	-12.032	-0,8857	-14.977	-13.204	-0,9557
Resultado Nominal	-106.399	-101.003	-0,0723	-111.193	-101.000	-0,0685	-116.167	-101.000	-0,0726
Dívida Pública Consolidada	641.058	513.703	0,3670	456.960	414.248	0,3024	361.861	314.748	0,2173
Dívida Consolidada Líquida	541.058	413.703	0,3070	455.960	413.248	0,3024	361.861	314.748	0,2173
Receitas Primárias adicionais de PPP (3)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Despesas Primárias geradas de PPP (4)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Impacto do saldo das PPP (3) - (4)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

Fonte e notas explicativas:

Cálculos realizados pelo Proflutem a partir de dados de exercício anterior, que figuram na contabilidade, para utilização de parâmetros locais e por instituições envolvidas por estratégias técnicas e de planejamento de economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a manifestação de projeto de LOA para 2017.

Os "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e o "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS.

23

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
TABELA 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2017

AMT - Demonstrativo 2 (R.F. art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em		Metas Realizadas em		Variação	
	2016	% PIB	2016	% PIB	Valor (a - b) x 100	% (c/a) x 100
Receita Total	1.310.411	0,9591	1.130.718	0,6596	-179.693	-13,7127
Receitas Primárias (1)	1.272.228	0,9674	1.108.428	0,6584	-173.804	-13,2521
Despesa Total	1.310.411	0,9691	1.131.121	0,6555	-179.290	-13,6820
Despesas Primárias (2)	1.265.127	0,9676	1.113.311	0,6587	-172.416	-13,6102
Resultado Primário (1) - (2)	-4.499	0,3503	-4.887	0,3503	1.612	34,8094
Resultado Nominal	8.028	0,0605	63.089	0,0323	54.450	680,2813
Dívida Pública Consolidada	361.648	0,2601	778.307	0,0470	16.098	2,1823
Dívida Consolidada Líquida	648.328	0,4781	778.307	0,0470	132.024	20,4263

Fonte e notas explicativas:

PIB Estadual - 2015 estimado - R\$ 1.837.861.500.000,00

Receita e Despesa 2015 conforme Lei 4.199 de 15/12/14 - LOA 2015

Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida conforme Lei 4.193 de 25/07/14 - LDO 2015

24

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

TABELA 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

AMF - Demonstrativo (LRF, an. 4º, § 2º, inciso I) R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	Valores e Prazos Constantes						
	2014	2015	%	2016	%	2017	
Receita Total	1.236.903	1.310.411	6,48	1.440.273	9,91	1.362.604	5,31
Receita Primária (1)	1.225.261	1.279.225	4,58	1.416.894	15,71	1.389.697	3,95
Despesa Total	1.236.903	1.310.411	6,48	1.440.273	9,91	1.362.604	3,71
Despesa Primária (1)	1.207.755	1.256.727	6,45	1.402.567	10,49	1.380.018	2,89
Resultado Primário (1) - (1-1)	17.622	4.494	136,80	3.553	45,16	-13.318	279,73
Resultado Nominal	8.932	8.839	1,01	34.629	1.884,41	136.268	13,12
Dívida Pública Consolidada	598.837	761.699	26,14	908.594	12,22	841.098	19,97
Dívida Consolidada Líquida	598.837	848.343	13,44	818.426	4,37	455.803	13,74

ESPECIFICAÇÃO	Valores e Prazos Constantes						
	2014	2015	%	2016	%	2017	
Receita Total	1.682.703	1.407.836	2,38	1.442.273	0,89	1.322.358	6,15
Receita Primária (1)	1.638.838	1.389.836	4,23	1.418.896	1,87	1.297.716	6,42
Despesa Total	1.682.703	1.407.836	2,38	1.442.273	3,85	1.322.358	8,19
Despesa Primária (1)	1.638.817	1.400.796	2,38	1.423.567	1,42	1.310.058	7,76
Resultado Primário (1) - (1-1)	20.885	-7.960	133,83	-3.569	49,66	-12.644	254,67
Resultado Nominal	12.088	9.872	8,82	44.029	1.096,35	-101.003	7,41
Dívida Pública Consolidada	700.808	829.800	18,44	888.369	59,43	913.753	23,16
Dívida Consolidada Líquida	678.848	754.788	8,17	678.426	12,17	513.753	16,03

Fonte e notas explicativas

Índice: Taxa fixada em 2014, 2015 e 2016 obtidas das LDO 2014-2015 e 2016 e suas atualizações, respectivamente.

Receita Primária Consolidada, Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal não foram consolidados os valores de FPPS.

25

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

AMF - Demonstrativo (LRF, an. 4º, § 2º, inciso I) R\$ milhões

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONSOLIDADO (Exato Regime Previdenciário)					
	2015	%	2016	%	2017	%
Patrimônio Capital	2.146.963	100,00	83.750	100,00	85.000	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	2.146.963	100,00	83.750	100,00	85.000	100,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	REGIME PREVIDENCIÁRIO					
	2015	%	2016	%	2017	%
Patrimônio Capital	82.125	100,00	89.561	100,00	47.507	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	82.125	100,00	89.561	100,00	47.507	100,00

Fonte e notas explicativas

Patrimônio Líquido 2015 obtido do Anexo 14 do Relatório Patrimonial elaborado pela Secretaria de Finanças - SEFIN, Segundo o SF FIN - balanço de 2015 passante a nota e Dívida Ativa.

26

MUNICÍPIO DE GUARULHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
TABELA 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017

AMF - Demonstrativo (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)	R\$ milhares		
RECEITAS REALIZADAS	2013	2014	2015
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (0)	06	70	171
Alienação de Bens Móveis	155	125	606
Alienação de Bens Imóveis	155	125	188
	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2013	2014	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (0)	05	10	21
DESPESA DE CAPITAL	504	0	167
Investimentos	504	0	167
Amortização de Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência Social Servidores	0	0	0
	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	2013	2014	2015
Saldo do Exercício Anterior	1 = (6 - 0) = 1	1 = (70 - 0) = 70	1 = (171 - 0)
VALOR (R\$)	203	554	429

Fonte: Planilhas explicativas.

Dados obtidos do Anexo 11 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças

MUNICÍPIO DE GUARULHAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
TABELA 6 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2017

AMF - Demonstrativo (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II, alínea b)	R\$ milhares		
RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (RACIO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	20 402	20 519	20 084
RECEITAS CORRENTES	20 402	20 519	20 084
Recursos de Contribuições das Seguradoras	27 808	27 366	28 038
Pessoal Civil	27 808	27 366	28 038
Pessoal Militar	0	0	0
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Pensão Patrimonial	0	0	0
Pensão de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária entre RPPS e RPPG	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (2)	20 402	20 519	20 084
RECEITAS CORRENTES	20 402	20 519	20 084
Pensão	20 402	20 519	20 084
Pensão Civil	20 402	20 519	20 084
Pensão Militar	0	0	0
Para Cobertura de Déficit Atual	0	0	0
Do Regime de Contribuição e Resarcimento	0	0	0
Recursos Patrimoniais	0	0	0
Recursos de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
DEDUÇÕES DA RECEITA	0	0	0
T.C. DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1) x (2)	100%	100%	100%

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)	12.803	15.343	19.157
ADMINISTRAÇÃO	541	623	1.116
Despesas Correntes	531	623	1.115
Despesas de Capital	0	0	1
PREVIDÊNCIA	12.332	14.720	18.041
Previd. Civil	12.332	14.720	18.041
Previd. Militar	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	0	0	28
ADMINISTRAÇÃO	0	0	28
Despesas Correntes	0	0	28
Despesas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) + (VII) (V)	12.803	15.343	19.185
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) + (VII) - (V)	38.271	62.304	62.522
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	10.731	9.804	10.284
Plano Financeiro	10.731	9.804	10.284
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para RPPS	10.731	9.804	10.284
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura do Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes ao RPPS	0	0	0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0	0	0
BENS E DREITOS DO RPPS	47.508	107.908	170.911

Fuente: notas explicativas.
O Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS do Município foi implementado em 01/01/2013.
Dados obtidos do Anexo 14 - Balanço Patrimonial - elaborado pela Autarquia Guanacá Previdente.

MUNICÍPIO DE BOMFIM
LEI DE ORÇAMENTOS ORÇAMENTÁRIAS
MUNICÍPIO DE BOMFIM - PRECISÃO
TABELA 4.1 - PROJEÇÃO ANUAL DO RPPS
2013

ANEXO	RECURSOS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	IN	OUTROS		
2013	95.411	66.404	28.981	121.471
2014	105.745	77.406	28.310	140.191
2015	115.291	86.462	28.240	148.896
2016	126.988	94.753	31.823	212.959
2017	138.727	102.891	35.767	246.400
2018	148.771	114.785	34.048	281.341
2019	158.654	126.875	31.779	313.250
2020	168.264	138.851	29.413	347.759
2021	178.448	150.748	27.700	384.259
2022	178.448	150.748	27.700	413.759
2023	178.448	150.748	27.700	445.259
2024	178.448	150.748	27.700	478.759
2025	178.448	150.748	27.700	514.259
2026	178.448	150.748	27.700	551.759
2027	178.448	150.748	27.700	591.259
2028	178.448	150.748	27.700	632.759
2029	178.448	150.748	27.700	676.259
2030	178.448	150.748	27.700	721.759
2031	178.448	150.748	27.700	769.259
2032	178.448	150.748	27.700	818.759
2033	178.448	150.748	27.700	870.259
2034	178.448	150.748	27.700	923.759
2035	178.448	150.748	27.700	979.259
2036	178.448	150.748	27.700	1.036.759
2037	178.448	150.748	27.700	1.096.259
2038	178.448	150.748	27.700	1.157.759
2039	178.448	150.748	27.700	1.221.259
2040	178.448	150.748	27.700	1.286.759
2041	178.448	150.748	27.700	1.354.259
2042	178.448	150.748	27.700	1.423.759
2043	178.448	150.748	27.700	1.495.259
2044	178.448	150.748	27.700	1.568.759
2045	178.448	150.748	27.700	1.644.259
2046	178.448	150.748	27.700	1.721.759
2047	178.448	150.748	27.700	1.801.259
2048	178.448	150.748	27.700	1.882.759
2049	178.448	150.748	27.700	1.966.259
2050	178.448	150.748	27.700	2.051.759
2051	178.448	150.748	27.700	2.139.259
2052	178.448	150.748	27.700	2.228.759
2053	178.448	150.748	27.700	2.319.259
2054	178.448	150.748	27.700	2.411.759
2055	178.448	150.748	27.700	2.505.259
2056	178.448	150.748	27.700	2.600.759
2057	178.448	150.748	27.700	2.707.259
2058	178.448	150.748	27.700	2.815.759
2059	178.448	150.748	27.700	2.926.259
2060	178.448	150.748	27.700	3.038.759
2061	178.448	150.748	27.700	3.153.259
2062	178.448	150.748	27.700	3.269.759
2063	178.448	150.748	27.700	3.387.259
2064	178.448	150.748	27.700	3.506.759
2065	178.448	150.748	27.700	3.628.259
2066	178.448	150.748	27.700	3.751.759
2067	178.448	150.748	27.700	3.877.259
2068	178.448	150.748	27.700	4.004.759
2069	178.448	150.748	27.700	4.134.259
2070	178.448	150.748	27.700	4.265.759
2071	178.448	150.748	27.700	4.398.259
2072	178.448	150.748	27.700	4.532.759
2073	178.448	150.748	27.700	4.668.259
2074	178.448	150.748	27.700	4.805.759
2075	178.448	150.748	27.700	4.944.259
2076	178.448	150.748	27.700	5.084.759
2077	178.448	150.748	27.700	5.226.259
2078	178.448	150.748	27.700	5.369.759
2079	178.448	150.748	27.700	5.514.259
2080	178.448	150.748	27.700	5.660.759
2081	178.448	150.748	27.700	5.808.259
2082	178.448	150.748	27.700	5.957.259
2083	178.448	150.748	27.700	6.107.259
2084	178.448	150.748	27.700	6.258.259
2085	178.448	150.748	27.700	6.410.259
2086	178.448	150.748	27.700	6.563.259
2087	178.448	150.748	27.700	6.717.259
2088	178.448	150.748	27.700	6.872.259
2089	178.448	150.748	27.700	7.028.259
2090	178.448	150.748	27.700	7.185.259
2091	178.448	150.748	27.700	7.343.259
2092	178.448	150.748	27.700	7.502.259
2093	178.448	150.748	27.700	7.662.259
2094	178.448	150.748	27.700	7.823.259
2095	178.448	150.748	27.700	7.985.259
2096	178.448	150.748	27.700	8.148.259
2097	178.448	150.748	27.700	8.312.259
2098	178.448	150.748	27.700	8.477.259
2099	178.448	150.748	27.700	8.643.259
2100	178.448	150.748	27.700	8.810.259

2.084	35.927	86.802	-51.409	-293.247
2.087	27.524	81.924	-49.899	-314.493
2.088	27.559	74.414	-43.899	-382.871
2.089	24.920	66.419	-33.895	-404.866
2.091	21.313	62.817	-31.304	-448.190
2.092	18.358	57.264	-28.906	-464.883
2.093	15.521	51.812	-26.291	-521.579
2.094	13.187	46.864	-23.677	-558.775
2.095	9.225	41.291	-21.122	-595.827
2.100	7.307	37.579	-20.272	-614.487
2.101	4.783	30.878	-26.095	-643.827
2.102	3.963	27.773	-23.810	-664.447
2.103	3.763	26.071	-22.308	-683.895
2.104	3.854	24.274	-20.420	-703.203
2.111	2.205	20.145	-17.940	-722.493
2.112	2.854	17.462	-14.608	-741.867
2.113	1.764	15.271	-13.507	-761.207
2.114	1.201	13.867	-12.666	-780.581
2.115	789	10.948	-10.159	-800.000
2.116	871	8.278	-7.407	-819.419
2.117	478	5.679	-5.201	-838.838
2.118	303	3.137	-2.834	-858.257
2.119	218	1.528	-1.310	-877.676
2.120	150	828	-678	-897.095
2.121	104	544	-440	-916.514
2.122	73	285	-212	-935.933
2.123	49	148	-100	-955.352
2.124	29	76	-47	-974.771
2.125	13	39	-26	-994.190
2.126	8	20	-12	-1.013.609
2.127	5	10	-5	-1.033.028
2.128	2	5	-3	-1.052.447
2.129	1	3	-2	-1.071.866
2.130	1	1	-1	-1.091.285

Fonte e notas explicativas:
Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

31

MUNICÍPIO DE GUARARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
TABELA 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2017

TRIBUTO	MOdalIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
ISSQN	serviço	Força e estabelecimento civis militares	2.200	2.475	2.750	Revisão de Planos Gerais de Valores
IPTU e ISS	serviço	Clubes esportivos, ginásios recreativos, escolas de samba	488	515	542	Revisão de Planos Gerais de Valores
Taxas Municipais	serviço	Fundação de Assistência Social	7	8	9	Revisão de Planos Gerais de Valores
IPTU	serviço	Força e estabelecimento civis militares	5.300	5.955	6.610	Ajuste de alíquotas do Imposto Territorial e ISS em conformidade com a Lei nº 20113
IPTU	serviço	Soluções, aluguel e manutenção	2.400	2.600	2.800	Revisão de Planos Gerais de Valores
IPTU	serviço	Emprego em Força Expediente da Prefeitura	204	224	244	Revisão de Planos Gerais de Valores
ISSQN	serviço	Cinemas	23	25	27	Revisão de Planos Gerais de Valores
IPTU, IPTU, ISS e Outras taxas	serviço	Empreendimento Melhoramentos de Praia de Maré	121	133	145	Revisão de Planos Gerais de Valores
IPTU e ISS	tributo em espécie	Contribuição do IPTU e ISS	14	107	110	Revisão de Planos Gerais de Valores
Imposto Territorial Urbanário	Imposto	Contribuição do IPTU em áreas com terras livres	0	87	100	Revisão de Planos Gerais de Valores
TOTAL			11.206	12.189	13.215	

Fonte e notas explicativas:
Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

32

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
TABELA B - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

EVENTOS	R\$ - Milhões	
	Valor Previsto para 2017	
Aumento Permanente de Receita		133.779
(I) Transferências Constitucionais		100.000.000.000.000.000
(II) Transferências do FUNCEB		10.500
Saldo Fiscal do Aumento Permanente de Receita (I)		120.167
Redução Permanente de Despesa (D)		0
Margem Líquida (R1) = (C1) - (D)		120.167
Sobre Limitado de Margem Líquida (N)		40.548
Novas DOCCs		40.548
Novas DOCCs geradas por PPP		0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (R1) + (N)		160.715

Fonte e notas explicativas:

Estimativa de aumento de 10% das despesas com insumos e outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

33

CAPÍTULO IV DOS RISCOS FISCAIS

Art. 4.º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta Lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

34

MUNICÍPIO DE GUARULHAS
LEI DE ORÇAMENTOS FISCALIS ANUAIS
ANEXO DE RISCOS FISCALIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCALIS E PROVISÕES
2017

R\$ em milhares

ANP - LRF - art. 4º, § 1º

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVISÕES	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	0		0
	0		0
SUBTOTAL	0		0
DEMÁS RISCOS FISCALIS PASSIVOS		PROVISÕES	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	

Fonte: 2016 atualizado

O Município não possui a possibilidade de concessão de favores fiscais ou pagamento de passivos contingentes em 2017. São eventuais, caso venham a ocorrer, os riscos fiscais decorrentes da Reserva de Contingências, limitada ao valor de R\$ 200.000,00.

35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS

RECEITAS CORRENTES:

Reestimativa 2016: realizado em 2015 + 10%.

Estimativa 2017: crescimento real de 0,5% sobre a reestimativa 2016.

Estimativa 2018 e 2019: crescimento real de 1,5% ao ano.

RECEITAS DE CAPITAL:

Alienação de Bens e Transferências de Capital: Mantido o mesmo valor da previsão inicial de 2016 para 2017, 2018 e 2019.

Operações de crédito: reestimativa 2016 mantida no mesmo valor da previsão inicial. 2017 à 2019 sem previsão de receita de operações de crédito.

36

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS

Reestimativa da despesa 2016 com base nos valores empenhados em 2015 + 10%, exceto os investimentos e a Reserva de Contingência, mantidos no valor inicial da LOA 2016.

2017 com crescimento real de 0,5%, exceto investimentos. 2018 e 2019 com crescimento de 1,5% ao ano, exceto os investimentos, mantidos conforme a projeção para 2016.

37

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Dívida contratual: aumento de R\$ 1 milhão ao ano.

Precatórios: redução de R\$ 102 milhões ao ano a partir de 2016, objetivando a quitação em 2020.

INSS: aumento de R\$ 1,5 milhão ao ano.

Outros créditos (tributos pagos no final do exercício e creditados na Tesouraria no início do exercício seguinte): manutenção dos valores de 2015.

PASEP: redução de R\$ 2 mil ao ano.

Restos à Pagar Processados: manutenção dos valores em 31/12/15.

Ativo disponível: manutenção dos valores em 31/12/2015.

38



Vereador Luciano de Moraes Rocha
Presidente

Armando Palmiere
Secretário Municipal de Finanças